



Universidade do Minho
Conselho Geral

Reunião do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata nº 02/2019

Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezanove, pelas quinze horas, reuniu na Sala de Reuniões da Reitoria, no Largo do Paço - Braga, o Plenário do Conselho Geral da Universidade do Minho (Conselho), em sessão aberta ao público, com a seguinte ordem de trabalhos:

= Reunião aberta ao público =

Assuntos de iniciativa do Conselho Geral

1. Aprovação da ata número 1/2019, referente à reunião extraordinária do dia 14/01/2019;
2. Apreciação do Regulamento Eleitoral para o Conselho Geral;
3. Processo eleitoral para a eleição dos representantes dos Estudantes: designação da Comissão Eleitoral e apreciação do Calendário Eleitoral;
4. Ponto de situação da implementação na UMinho do novo Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior;
5. Outros Assuntos.

Assuntos de iniciativa do Reitor

1. Informações;
2. Proposta de fixação do valor das propinas para os cursos de 1º ciclo e dos ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre, para o ano letivo de 2019/2020;
3. Proposta de fixação do valor das propinas para os cursos de 2º e 3º ciclos, para o ano letivo de 2019/2020;
4. Proposta de fixação do valor das propinas para o estudante internacional, para o ano letivo de 2019/2020;
5. Proposta de criação da Unidade Cultural “Casa do Conhecimento”.

Estiveram presentes os Conselheiros Luís Valente de Oliveira, que presidiu, Álvaro Sanróman, Ana Serrano, Diamantino Pereira, Eugénio Ferreira, Luís Amaral, Maria Helena Guimarães, Maria José Casa-Nova, Óscar Gonçalves, Patrícia Jerónimo Vink, Paulo Pereira, Sandra Paiva, Bruno Gonçalves, Inês Silva, Nuno Reis, Victor Soares, José Teixeira, Maria da Graça Coelho, Paula Silva e Ramón Villares. Esteve também presente o Reitor, Professor Rui Vieira de Castro. Justificaram a ausência os Conselheiros Isabel Soares, Maria José Costa e Manuel Carvalho da Silva. A folha de presenças encontra-se anexa à presente ata (anexo I).

Assuntos de Iniciativa do Conselho Geral

1. Aprovação da ata n.º 1/2019, referente à reunião do dia 14/01/2019

O Presidente colocou à votação a ata número 01/2019, respeitante à reunião do Plenário ocorrida no dia 01 de janeiro, a qual foi aprovada por unanimidade, tendo sido apenas solicitado pelo Reitor para que no ponto 5. da agenda seja feita referência a que a UMinho coordena um outro laboratório colaborativo e assegura a área científica de um terceiro.

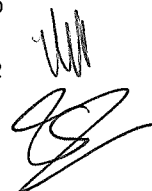
2. Apreciação do Regulamento Eleitoral para o Conselho Geral

O Presidente transmitiu que o Regulamento Eleitoral para o Conselho Geral (Regulamento) apresentado resulta da revisão feita pela Comissão Especializada de Governação, Assuntos Institucionais e Assuntos Financeiros (CE-GAIAF), e solicitou aos Conselheiros a apreciação do texto final apresentado.

No entendimento da Conselheira Maria José Casa-Nova, o Regulamento deveria ser mais explícito no que respeita à definição do universo eleitoral, quer do ponto de vista dos estudantes, assim como do corpo docente, com vista a prevenir situações dúbias em processos eleitorais futuros. Recordou algumas das situações ocorridas nas últimas eleições para o Conselho, em particular, a dúvida que se colocou sobre a possibilidade de os eleitores que se encontravam de atestado médico poderem ou não votar, direito que lhe pareceu legítimo, devendo estes detalhes ficar esclarecidos no Regulamento para que as Comissões Eleitorais não sejam confrontadas com os mesmos problemas do passado.

O Presidente da CE-GAIAF, Conselheiro Luís Amaral, informou que os trabalhos da revisão do Regulamento em sede da comissão tinham sido muito participados e disse ter uma interpretação diferente da Conselheira Maria José Casa-Nova no que concerne a esta matéria, dado que a decisão da CE-GAIAF foi no sentido de solicitar à Reitoria a definição das regras de exercício do direito de voto, com vista à sua uniformização para as várias eleições levadas a cabo na Universidade. Disse ter sido deliberado pela CE-GAIAF transcrever no Regulamento as cláusulas relativas ao universo eleitoral que emanam dos Estatutos da UMinho, os quais são omissos em algumas situações de inclusão/exclusão, ficando assim sujeitas à interpretação das diferentes Comissões Eleitorais, e solicitar à Reitoria a elaboração de um documento com a interpretação das cláusulas de elegibilidade para cada um dos corpos eleitorais, o qual deverá ser sujeito à apreciação prévia do Conselho, e posteriormente incluído como anexo ao Regulamento.

Solicitado a pronunciar-se sobre a matéria, o Reitor disse estar recordado que na última eleição para o Conselho esta discussão foi realizada em torno da pertença ou não pertença aos diferentes corpos da UMinho, mas que, entretanto, a situação se alterou, face a um conjunto de relações com a Universidade que passaram obrigatoriamente à forma de vínculo contratual. Entendeu tratar-se de uma matéria importante, na medida em que as decisões a tomar pelo Conselho serão determinantes nos processos eleitorais para outros órgãos da Universidade. Desse ponto de vista, disse fazer sentido mobilizar saberes próprios do direito do



trabalho, procurando uma voz autorizada que possa ajudar à tomada de decisões sobre quem pertence ou não a um determinado universo eleitoral, disponibilizando-se para ativar os mecanismos entendidos como mais convenientes, eventualmente com recurso a consulta externa, não tendo, no entanto, excluído a possibilidade de ser o próprio Conselho a fazê-lo.

O Conselheiro Victor Soares salientou o facto de a indefinição existente poder suscitar às Comissões Eleitorais no decurso dos processos de eleição problemas complicados de resolver, e entendeu que, sem prejuízo do contributo do Reitor, fará mais sentido que este estudo seja realizado pelo Conselho, no âmbito das atividades da CE-GAIAF, dado que o conjunto de regras que virão a ser definidas determinarão o processo eleitoral no âmbito do Conselho, regras essas que posteriormente se irão repercutir nos processos eleitorais das Unidades Orgânicas e de outros órgãos da UMinho. O Conselheiro Luís Amaral afirmou que existem mais benefícios em que o estudo seja levado a cabo por iniciativa da Reitoria, dado o elevado número de implicações que terá ao nível dos Serviços Académicos e Direção de Recursos Humanos onde os saberes estão residentes.

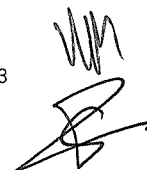
Tendo em consideração as dúvidas existentes sobre a definição do universo eleitoral, bem como a recomendação do Conselheiro Luís Amaral sobre a facilidade de contacto da Reitoria com os serviços envolvidos, o Presidente formalizou o pedido ao Reitor para acionar a elaboração de um estudo para a definição dos diferentes corpos eleitorais, o qual será posteriormente sujeito à apreciação do Conselho. A Conselheira Maria Helena Guimarães mostrou preocupação com o facto de se aproximarem as eleições dos representantes dos Estudantes no Conselho Geral, podendo o estudo não estar concluído em tempo útil para utilização pela Comissão Eleitoral. Tendo em vista garantir a definição desse o universo eleitoral em particular atempadamente, o Presidente solicitou ao Reitor a brevidade no despoletar do estudo e aos Conselheiros a celeridade no envio das sugestões. Foi ainda proposto pelo Conselheiro Luís Amaral que o grupo de trabalho que reviu o Regulamento preparasse as sugestões do Conselho a apresentar.

Colocado à votação o texto da revisão do Regulamento Eleitoral para o Conselho Geral, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

3. Processo eleitoral para a eleição dos representantes dos Estudantes: designação da Comissão Eleitoral e apreciação do Calendário Eleitoral

Foi conferida a palavra ao Conselheiro Luís Amaral que informou os presentes que o calendário eleitoral foi elaborado tendo em consideração as sugestões apresentadas pelos Estudantes, e que as datas nele apresentadas obtiveram aprovação unânime.

Relativamente à Comissão Eleitoral, referiu que tinham sido realizados vários contactos e deu conhecimento das individualidades propostas para a integrarem: Professora Maria de Lurdes Castro Martins, que presidirá;



Conselheira Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink; Conselheiro Bruno Alexandre Rocha Gonçalves; Estudante Maria Francisca Alves Dias e Dr.ª Maria da Glória Giesteira Barbosa Alves.

A constituição da Comissão Eleitoral foi aprovada por unanimidade e deliberado exarar o despacho da sua designação para condução do processo de eleição dos Estudantes no Conselho Geral, a realizar no dia 05 de junho de 2019.

4. Ponto de situação da implementação na UMinho do novo Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior

A Conselheira Helena Guimarães referiu que o memorando da Comissão Especializada de Ensino, Investigação e Interação com a Sociedade (CE-EIIS), à qual preside, faz menção aos objetivos pretendidos com a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos. Informou que realizou um contacto prévio com o Reitor para contextualizar a intenção da sugestão apresentada pelo Conselheiro Eugénio Ferreira, cujo objetivo é obter informação sobre qual o trabalho que está a ser desenvolvido pela UMinho, face aos desenvolvimentos desta matéria em outras Instituições do Ensino Superior (IES), e quando é que a Academia será chamada a realizar as alterações previstas no novo Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior (RJGDES).

Conferida a palavra ao Reitor, este afirmou tratar-se de um documento particularmente importante, dado que o mesmo regula um conjunto de processos e procedimentos fundamentais para a organização do ensino nas diversas instituições de ensino superior. Deu conhecimento que o documento esteve em discussão pública, processo no qual foi possível serem mostradas posições relativamente ao teor das alterações introduzidas, e que o mesmo mereceu um parecer do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP). Referiu que na UMinho este Decreto-Lei terá impacto em quatro principais áreas: 1) nas condições de acreditação dos ciclos de estudos que conduzem ao grau de doutor; 2) nas condições que podem justificar a criação de mestrados integrados, e aqui há mudanças importantes, sobretudo pela restrição que é feita sobre as áreas em que esta figura pode operar, designadamente, a exclusão da Engenharia e da Psicologia; 3) a reafirmação neste Decreto-Lei dos requisitos que as instituições têm que cumprir para verem acreditados os seus ciclos de estudos, nomeadamente, de preencherem as disposições inscritas no Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), quer seja relativamente à percentagem de docentes convidados, quer seja na distribuição dos professores aos ciclos de estudos pelas carreiras de professores catedráticos, associados e auxiliares; 4) na possibilidade de os Institutos Politécnicos poderem conferir o grau de doutor, a qual está diretamente associada ao exercício de avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre o ensino superior em Portugal.

Relativamente às condições para a acreditação dos ciclos de estudo conducentes ao grau de doutor, realçou a introdução da obrigatoriedade de pelo menos 75% dos docentes deverem estar integrados em unidades de investigação com a classificação de pelo menos Muito Bom. Referiu que esta norma já constava na versão colocada à discussão pública, tendo suscitado várias reações, sobretudo pela verificação de que havia áreas

de formação em Portugal em que não era possível cumprir este requisito. Afirmou que, no caso da UMinho, se esta norma for aplicada de forma absolutamente rígida, isso implicará a exclusão da formação doutoral em algumas áreas científicas, mas que o real impacto só poderá ser medido após ser conhecido o resultado da avaliação das unidades de investigação que está em curso.

Ainda no âmbito dos doutoramentos, referiu-se à introdução da obrigatoriedade de justificação nos casos em que se opte pela existência de uma componente curricular e à variação do peso da componente curricular nos cursos doutorais, que têm grande expressão em algumas áreas como por exemplo Economia e Gestão. Os efeitos destas alterações foram já discutidos com a Agência de Avaliação e Acreditação e do Ensino Superior (A3ES), sendo aconselhável a que, em todos os processos de acreditação dos ciclos conducentes ao grau de doutor, seja feita uma redução tão significativa quanto possível da componente curricular como condição para obviar a que a A3ES possa colocar dificuldades.

No que respeita aos mestrados integrados, afirmou que este novo diploma terá na UMinho um impacto muito forte, na medida em que afeta a sua maior Escola, a Escola de Engenharia, na qual todas as formações de 1º ciclo configuram mestrados integrados, com exceção de uma Licenciatura. Também a Escola de Psicologia será afetada de forma significativa pelas disposições do diploma.

Referiu que a Escola de Engenharia deverá ponderar bem as soluções a adotar, face ao profundo impacto que as mesmas terão em todo o funcionamento da Escola, e que estas deverão ter em consideração as opções tomadas pelas instituições congéneres com as quais a UMinho interage.

Verificou com agrado a constituição de um Consórcio de Escolas de Engenharia, no qual as questões associadas à transformação dos mestrados integrados assumem particular relevância, estando a ser debatidas as melhores soluções a adotar. Informou que, decorrente deste debate e da perceção da delicadeza da matéria, as Escolas de Engenharia sugeriram aos Reitores para que fosse solicitado à A3ES um alargamento até março de 2020 do período para a tomada de decisões das instituições. Chamou a atenção para o facto de o problema ter também grande expressão na Escola de Psicologia, dado que o Mestrado Integrado é a única formação inicial oferecida, e transmitiu que também aqui estão a ser debatidas as formas de solucionar o problema, em diálogo com Escolas de Psicologia de outras IES.

Quanto à vinculação que é estabelecida entre a acreditação de cursos e o cumprimento das condições previstas no ECDU, recordou que o novo diploma determina que a percentagem de professores catedráticos e associados deverá ser de 50% a 70%, e alertou para o facto de a UMinho estar muito longe dos valores, embora algumas unidades se vão aproximando dos 50%. Disse ser o seu entendimento que esta relação de vinculação poderá estar relacionada com uma preocupação premente da Tutela com o emprego científico, mas alertou para o facto de as instituições não serem dotadas das condições necessárias para realizar as contratações que as aproximem dos 70% de professores catedráticos e associados. Afirmou que tudo fará para que no período a que corresponde ao seu mandato a UMinho se possa aproximar da meta dos 50%, mas tendo sempre bem presente as implicações financeiras.



Por último, referiu-se ao facto de o novo RJGDES permitir aos Institutos Politécnicos conferirem o grau de doutor e que, a ser possível a sua concretização, estes ficarão sujeitos a um conjunto de regras idênticas aquelas que as universidades têm de cumprir para poderem conferir o mesmo grau. Salientou ainda que existem já unidades de investigação nos Institutos Politécnicos que cumprem o requisito requerido pelo novo diploma de associar à formação doutoral a existência de condições de qualidade científica, tal como é recomendado pela OCDE.

Finda a exposição do Reitor, o debate teve início com a intervenção do Conselheiro José Teixeira que questionou se a discussão que está a ser levada a cabo na Escola de Engenharia sobre os mestrados integrados terá a intenção de ouvir os potenciais empregadores dos formandos, no sentido de estes perceberem as expectativas que têm sobre a oferta formativa da UMinho e darem a conhecer as suas experiências.

O Conselheiro Óscar Gonçalves agradeceu a intervenção do Reitor sobre este processo, que entendeu ser crucial para o presente e para o futuro das instituições de ensino superior. Chamou a atenção para o facto de a justificação para as alterações introduzidas no novo diploma não estar assente numa avaliação, reflexão ou investigação da experiência passada. A título de exemplo, disse ser importante saber quais as razões que estiveram na base da extinção dos mestrados integrados, se tal se deve a causas internas às instituições ou à insatisfação das entidades empregadoras. Surpreendeu-o o facto de o CRUP e os próprios Reitores terem tomada uma posição sem que as Comunidades Académicas tivessem sido auscultadas e mobilizadas no sentido de se posicionarem e refletirem sobre a nova legislação, tendo estas sido apenas confrontadas com a necessidade de se adaptarem ao novo articulado. Realçou ainda o facto de algumas das alterações introduzidas necessitarem de uma alteração prévia na carreira docente, e que os reitores deveriam ter posto isto como condição para a alteração do RGGDES.

Afirmou que, das várias intervenções do Reitor a que assistiu em diferentes contextos, foi possível constatar que os principais focos de preocupação são ao nível da não transformação simples dos mestrados integrados em cursos de licenciatura com duração de três anos, seguidos de um curso de mestrado com dois, e a visão de que o investimento futuro da UMinho deverá ocorrer nos cursos de formação do 2.º ciclo, em detrimento dos cursos do 1.º ciclo.

Mostrou agrado em saber que o Reitor acompanha os trabalhos da Escola nas quais os mestrados integrados deixarão de existir e questionou se não será altura de a Reitoria mobilizar a Academia para um debate e reflexão sérios sobre a matéria, que permitisse aprofundar e concertar estratégias de atuação futura.

Usou de seguida da palavra o Conselheiro Eugénio Ferreira que referiu ter pedido a introdução do tema na agenda da reunião, pelo facto de integrar a Comissão da Escola de Engenharia, promovida pela presidência para debate destas questões, assim como uma Comissão ad-hoc nacional para os cursos de Engenharia

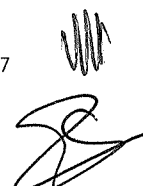
Química e Engenharia Biológica. Afirmou que nas suas participações na comissão nacional tem constatado movimentações de outras universidades e escolas e que, no que respeita à UMinho, não tem informações a transmitir. Realçou o trabalho realizado na Universidade do Porto e no Instituto Superior Técnico, que apresentaram documentos estratégicos onde se podem ver as linhas mestras que vão orientar a implementação nessas instituições da adequação dos cursos ao novo diploma. Referiu também que a Universidade de Aveiro, decorrente do vasto trabalho realizado, irá antecipar em um ano a implementação do novo RGGDES, ficando em 2020/2021 os seus cursos devidamente adequados. Disse ter dificuldades em testemunhar o papel da UMinho neste dossier, quer ao nível da Escola, onde as circunstâncias atuais de transição do mandato do presidente têm obstado a que haja decisões estratégicas na condução do processo, assim como ao nível global da Universidade. Registou com agrado o pedido de adiamento da submissão à A3ES da alteração dos cursos, e considerou urgente a definição, por parte da Reitoria, de um calendário e de um conjunto de procedimentos que possam guiar a atuação de todos os envolvidos no processo. Ao nível das Escolas, o seu entendimento é o de que estas deverão promover a discussão desta matéria em sede dos respetivos Conselhos Consultivos, com vista a alargar o debate a diferentes intervenientes, de entre os quais os principais empregadores, dado que estes têm assento naquele órgão.

Mencionou que há questões que não podem ser decididas apenas em sede de UOEI, pois carecem de uma decisão por parte da Reitoria, designadamente, a padronização da distribuição dos ECTS; o funcionamento versátil em termos de duração (trimestral ou quadrimestral); o ensino laboratorial; as unidades curriculares integradoras, assim como as questões das opções UMinho, e chamou a atenção para o cuidado que deve existir nestas matérias no que respeita às suas implicações por via do modelo matricial da UMinho. Entendeu que deverá haver por parte da Reitoria, em particular pelo pelouro da Educação, a constituição de uma comissão ou de um grupo de trabalho responsável pela elaboração de um conjunto de documentos orientadores e estratégicos.

No caso particular da Engenharia, realçou como aspeto importante a duração dos cursos, que deverá ser unânime a nível nacional, sendo que a nível do consórcio das Escolas de Engenharia não tem havido alinhamento. No que respeita aos cursos doutorais, entendeu que o novo diploma tende para que a componente curricular destes cursos deixe de existir e questionou como se configurará a existência de uma Escola Doutoral num cenário em que haverá diminuição significativa de cursos com componente letiva.

A respeito do modelo matricial da UMinho, a Conselheira Sandra Paiva referiu que as alterações que virão a ocorrer na Escola de Engenharia terão um importante impacto na Escola de Ciências, dado que há uma elevada participação desta em diversos cursos de engenharia. Secundou a pertinência da constituição de uma comissão para a definição da estratégia e das linhas orientadoras deste processo.

O Presidente agradeceu as intervenções, considerando que as mesmas caracterizam o exercício nobre das funções do Conselho, e disse que todas elas desembocam na necessidade de ser constituída uma comissão com vista à elaboração de documentos que permitam definir os procedimentos e o calendário de atuação.



Conferiu de seguida a palavra ao Reitor para resposta aos pedidos de esclarecimento apresentados.

O Reitor começou por referir que a UMinho tem de há muito a tradição de inclusão de pessoas externas à Academia em órgãos consultivos das UOEI, cuja auscultação tem maior relevância no que respeita ao desenho dos seus cursos, e que a Escola de Engenharia tem promovido debates com profissionais e empresários no sentido de recolher contributos nesse sentido.

Em resposta ao Conselheiro Óscar Gonçalves, referiu ser o seu entendimento de que o exercício de revisão do RJGDES decorre do trabalho de avaliação do ensino superior em Portugal realizado pela OCDE, dado que há linhas de continuidade entre o novo diploma e os resultados daquele estudo. Afirmou que quando foi colocada a discussão pública a proposta, ela foi partilhada e discutida com todos os presidentes das UOEI e daí resultou um parecer da UMinho que foi endereçado ao CRUP, onde ele próprio participou na construção da posição relativamente à proposta apresentada pelo Governo e na qual foram matizados alguns aspetos e melhorados outros. Disse não ter havido demissão ou afastamento da Universidade neste debate e realçou o papel da Vice-Reitora do pelouro da Educação, que foi particularmente exigente na revisão dos processos de reacreditação dos cursos, de entre os quais vários programas doutorais.

No que respeita ao maior investimento no 2.º ciclo, referiu a necessidade da UMinho prever uma intervenção diferenciada ao nível do 2.º ciclo, e chamou a atenção para o facto de em algumas UOEI o número de alunos do 2.º ciclo ser semelhante ou superior ao do 1.º ciclo, fruto da redução da procura do ensino superior a que se assiste, por efeito dos problemas demográficos que afetam o país.

Em resposta ao Conselheiro Eugénio Ferreira, informou que desde que o Decreto Lei foi publicado, realizou várias intervenções públicas em UOEI sobre a sensibilidade desta questão e que se disponibilizou para ajudar a construir uma posição por parte das Escolas da UMinho. Em vários momentos sinalizou linhas que a seu ver deviam estruturar a alteração da oferta educativa, atento à autonomia das UOEI para a tomada de decisões, competindo aos respetivos Conselhos Científicos o primeiro exercício de reflexão e definição de soluções adequadas.

No que respeita à Escola Doutoral, contrariamente à ideia de que a redução da componente curricular dos programas doutorais a porá em causa, entende que esse facto ainda a valoriza mais, pois à medida que se for verificando uma diminuição dos vínculos entre as direções dos cursos e os estudantes, as questões de ética e integridade podem ser tornadas mais frágeis e aqui a Escola Doutoral terá um papel essencial. Ainda neste âmbito, realçou o facto de a Escola Doutoral poder assegurar experiências complementares de formação que podem ser importantes para os doutorandos na sua integração em contextos empresariais.

Relativamente às consequências que possam resultar para a Escola de Ciências por via das alterações dos cursos de Engenharia, o seu entendimento é o de que a alteração dos mestrados integrados na Escola de Engenharia não deverá desconsiderar o papel da Escola de Ciências nos mesmos, sendo importante que as duas UOEI se articulem nesse sentido. Afirmou, no entanto, que findo o processo, avaliará os impactos das

decisões tomadas de modo a garantir que as soluções a adotar não sejam penalizadoras da instituição no seu conjunto.

O Conselheiro Bruno Gonçalves ficou agradado com o facto de a auscultação que originou o novo diploma ter sido mais participada do que aquilo que lhe foi dado a conhecer, e questionou se essa auscultação não deveria ter sido tripartida entre a Tutela, o CRUP e os potenciais empregadores (clientes), para que nela estivessem asseguradas as questões da transferência do conhecimento. Mostrou preocupação com a ideia de que as questões de ética possam desaparecer nos programas doutorais, ou eventualmente possam não ter o relevo necessário, e questionou se já há conclusões do trabalho do Consórcio das Escolas de Engenharia. Solicitou ainda a indicação das medidas que a UMinho vai adotar para atrair mais jovens e adultos para combater a diminuição da procura do ensino superior por fatores demográficos.

O Reitor esclareceu que, quando mencionou as questões de ética, queria referir-se aos temas centrais de qualquer formação doutoral, realçando a atenção que a Associação Europeia das Universidades presta a estas matérias. No que respeita à posição da UMinho face a outras escolas de engenharia, afirmou que se está a caminhar para um debate mais continuado e efetivo entre as várias escolas do país, mas que há instituições onde o debate foi levado mais longe, nomeadamente em escolas concorrentes. Quanto ao recrutamento de estudantes, sublinhou que este constitui uma preocupação permanente da UMinho, na medida em que é conhecida a evolução demográfica e é sabido que há ainda um espaço para alargamento do recrutamento entre os jovens. Disse também que é ao nível das formações complementares que a Universidade deverá investir as suas ações, e que aqui o campo de recrutamento terá de ser encontrado em outros contextos que não apenas os jovens.

O Conselheiro Óscar Gonçalves esclareceu que quando se referiu ao facto de as decisões sobre o diploma terem sido tomadas com falta de dados, não estava a falar de relatórios, mas sim de dados específicos sobre as experiências do passado, como por exemplo, a avaliação dos resultados da formação ministrada ao abrigo da anterior legislação. Secundou a preocupação de ser descurada na formação doutoral a dimensão da ética, chamando, no entanto, a atenção para o facto de a formação nessa área não ocorrer apenas através da lecionação de unidades curriculares, estando demonstrado que as questões de ética universitária são essencialmente uma questão de modelagem, de observação das práticas dos mentores, dos professores e dos investigadores, considerando ser necessária uma reflexão séria a este nível.

O Presidente agradeceu as intervenções e solicitou ao Reitor para reunir com a presidência das várias UOEI, no sentido de lhes transmitir a preocupação do Conselho com os desenvolvimentos desta matéria e para que seja elaborado um documento onde estejam definidos os procedimentos a desencadear, assim como a calendarização para a sua realização.

Após consulta do Conselho, foi decidido, por maioria, passar o ponto de Outros Assuntos para a fase final da reunião.

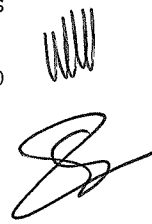
Assuntos de Iniciativa do Reitor

1. Informações

Foram prestadas pelo Reitor informações sobre os acontecimentos de maior relevo na Universidade desde a última reunião do Conselho, nomeadamente, a escritura de cedência do edifício onde está situado o I3Bs; a realização de uma reunião com vários membros do Governo sobre a manutenção ou não da gestão público-privada do Hospital de Braga, da qual resultou o compromisso de que, independentemente do modelo de gestão que vier a ser adotado, estarão assegurados os interesses da UMinho no que respeita à educação médica e ao destino do Centro Clínico Académico. Fez referência à atribuição do grau de Doutor Honoris Causa ao Juiz Conselheiro Álvaro Laborinho Lúcio e ao Frei Bento Domingos, bem como à cerimónia de comemoração do 45.º aniversário da Universidade. Deu conhecimento da assinatura do protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Guimarães, a UMinho e 50 empresas do concelho de Guimarães, em torno de um projeto de inovação a ser conduzido no âmbito destas empresas. Destacou a inauguração, na Escola de Ciências, de uma sala laboratorial dedicada à formação na área da Optometria e Ciências da Visão, áreas que têm estado sob pressão face a um conjunto de posições assumidas publicamente e no Parlamento, as quais põem em causa a formação universitária desta área nas duas únicas instituições onde ela é ministrada – UMinho e Universidade da Beira Interior. No âmbito do processo da Quinta dos Peões, disse ter ocorrido uma reunião na qual participaram o próprio, o Presidente da Câmara Municipal de Braga e o Presidente do Conselho Geral, e recordou a existência de um protocolo entre a entidade proprietária, a Câmara e a UMinho, o qual prevê que qualquer intervenção naquele espaço deva beneficiar do acordo das três entidades. Informou do encontro tido com a Comissão Instaladora da Comissão de Trabalhadores da UMinho, no qual foram discutidas as várias questões relativas às instalações desta Comissão e lhe foram dados a conhecer a proposta de Estatutos e Calendário Eleitoral.

Comunicou que a segunda Convenção do Ensino Superior terá lugar no Porto, sob o tema “Valorização económica e social do conhecimento produzido pelas universidades”, e que a organização da mesma estará a cargo das universidades que constituem o Consórcio UNorte. Por último, referiu a inauguração das novas instalações da Bosch, testemunho do sucesso da parceria celebrada pela UMinho e aquela entidade. Realçou a assinatura naquela manhã de um contrato que marca o início da 3.ª fase da parceria com a Bosch, que se traduzirá num apoio financeiro de 35 milhões de euros e na contratação de 60 investigadores.

Aberto o período de debate, o Conselheiro Óscar Gonçalves felicitou o Reitor pelas informações e sucessos da Universidade e solicitou esclarecimentos sobre o andamento dos projetos de colaboração com a Universidade de São Paulo (USP), cuja informação prestada anteriormente ao Conselho foi de que estes



decorreriam no primeiro trimestre de 2019. O Reitor informou que está a ser preparada uma missão da UMinho para se deslocar ao Brasil, com vista a consolidar as relações com a Universidade de São Paulo. Em aditamento à informação do Reitor, o Conselheiro Eugénio Ferreira informou que a *call* dos projetos em colaboração com a USP está já em curso e que, na qualidade de Diretor de Centro de Investigação, tem vindo a assinar vários termos de responsabilidade na plataforma da gestão de candidaturas a esses projetos de investigação.

O Conselheiro Bruno Gonçalves agradeceu as informações e felicitou o Reitor pela assinatura do contrato com a Bosch, por entender que este eleva o estatuto da UMinho e dinamiza a região. Pediu ao Reitor o ponto de situação do projeto YouBike, o qual permitirá maior mobilidade dentro da universidade, podendo ser alargado às cidades onde as universidades se situam, tendo o Reitor informado da suspensão do projeto, face às condições colocadas à UMinho que tornaram absolutamente inviável o avanço do projeto.

O Conselheiro Victor Soares fez referência a dois aspetos não mencionados nas informações transmitidas pelo Reitor. O primeiro respeitante à iniciativa levada a cabo pelo Conselho de Ética da UMinho, realizada no dia 15 de março, e na qual de forma aberta e dialogante os participantes puderem expressar as suas preocupações em relação à ética na Universidade do Minho. De seguida, aludiu à entrevista concedida pelo Presidente da Escola de Engenharia ao Jornal Correio do Minho, por altura da Semana da Engenharia, na qual o Presidente daquela UOEI fez um levantamento exaustivo dos seus dois mandatos e mostrou estranheza pelo facto de a entrevista não ter sido noticiada nas sucessivas publicações da UMinho. O Reitor recusou veementemente qualquer sugestão sobre a existência de censura da UMinho relativamente à entrevista do Presidente da Escola de Engenharia, a qual foi por ele lida com muita atenção, e disse que iria verificar em todos os canais informativos da UMinho a existência ou não de referências à mesma, esperando que o Senhor Conselheiro Victor Soares tenha feito uma cuidadosa verificação da inexistência de referências para ter dito o que disse.

Usou da palavra a Conselheira Maria Helena Guimarães que começou por pedir ao Reitor esclarecimentos sobre a avaliação institucional, concretamente, se há algum desenvolvimento posterior à última informação transmitida ao Conselho. O Reitor respondeu que não houve qualquer desenvolvimento desde então, mas disse ter conhecimento de que a Comissão de Avaliação Externa endereçou já ao Conselho de Administração da Agência o seu juízo final, depois de ter ponderado a resposta da UMinho ao primeiro exercício de avaliação.

Decorrente da leitura da minuta de ata da Comissão Pedagógica do Senado Académico de 16/01/2019, na qual é feita uma referência aos órgãos do governo da Escola Doutoral, a Conselheira pediu a confirmação do Reitor em como a Escola Doutoral não constituirá uma UOEI, dado que não está claro qual o desenho organizativo que a mesma assumirá. O Reitor afirmou que a Escola Doutoral não constituirá uma UOEI, que terá certamente uma estrutura de coordenação, mas a figura que assumirá será a de um projeto.



Por último, questionou o Reitor se haverá alguma iniciativa relativa à mobilidade elétrica nos campi, concretamente, se nele serão colocados postos de abastecimento para carros elétricos. Não estando na posse de informação sobre a matéria, o Reitor formalizará o pedido de informação ao Pró-Reitor do pelouro, mas adiantou que está já a ser elaborado um plano do Campus de Azurém que prevê as questões de mobilidade.

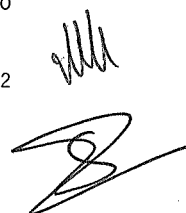
O Reitor pediu para dar algumas informações ao Conselho, relativas à atualização dos projetos de investigação da Universidade, pedido que foi atendido pelo Presidente. Deu conhecimento que no final do ano de 2018 haviam sido aprovados 257 projetos, com um financiamento total de 3,8 milhões de euros, e que desde janeiro de 2019 tinham já sido aprovados 25 projetos, correspondendo a um financiamento de 6,3 milhões de euros.

Quanto à execução de projetos de I&D, referiu a deliberação do Conselho de Gestão que prevê um conjunto de regras que têm a função, essencialmente, de garantir a celeridade na execução administrativa e financeira dos projetos, bem como melhorar a sua própria execução. Informou que está a ser feita uma análise de execução financeira projeto a projeto, estando em curso cerca de 500 projetos, tendo passado a ser disponibilizado o orçamento por projeto, muito embora possa ser feita uma gestão integrada de projetos ao nível da Unidade de Investigação. Informou da decisão de, a partir do corrente ano, a totalidade do orçamento dos projetos ser disponibilizada até 6 meses antes do final do mesmo, podendo noutros casos ser disponibilizado o orçamento numa base trimestral, admitindo, no entanto, a antecipação do orçamento, sobretudo para a viabilização de aquisição de equipamento. Estas medidas visam maior celeridade e maior execução financeira dos projetos. Disse também que a integração de todas estas informações nas plataformas não está ainda acessível aos Diretores das Unidades de Investigação e Investigadores Responsáveis, mas que esse será o próximo passo.

Relativamente à execução financeira do primeiro trimestre de 2019, informou que os projetos com término até 30 de junho de 2019 estão, na maioria dos casos, próximos dos 90% e que, quando há identificação de desvios, é feita uma interação direta entre o Pró-Reitor e o Diretor da Unidade de Investigação no sentido de acelerar a execução.

Quanto ao emprego científico, disse estar em curso a contratação de 330 novos investigadores, e que, ao abrigo da norma transitória, 115 já têm data de início do contrato e 23 estão em fase final do concurso. Informou que a candidatura individual e institucional ainda não foi iniciada, mas que esta incluirá, respetivamente, 35 investigadores/docentes e 40 investigadores. Relativamente às candidaturas a projetos I&D, dos 120 investigadores em causa, 12 estão já contratados, 46 processos estão já na Administração Central e 62 estão ainda em sede das UOEI.

Foi registado com agrado pelo Conselheiro Eugénio Ferreira a agilização anunciada na execução dos projetos, constante da deliberação da execução orçamental da UMinho, entendendo que a flexibilidade referida na gestão integrada das UOEI, deverá ser ao nível da Subunidade Orgânica, o que foi confirmado



pelo Reitor. Referiu-se à inadequação das plataformas informáticas no auxílio da gestão de projetos, dando como exemplo o facto de as listagens não indicarem o nome do investigador responsável por cada projeto, o que obriga à existência de ficheiros auxiliares de gestão e associação da informação. O Reitor secundou a pertinência da adequação das plataformas informáticas e informou que há uma clara consciência de que se trata de uma área crítica para a instituição e que serão feitos todos os esforços para tornar mais ágeis estes processos.

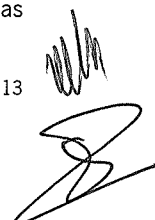
Por último, o Conselheiro referiu-se à morosidade dos processos de contratação de investigadores, tendo o Reitor afirmado que este processo é muito complexo e que obriga a cuidados especiais que não permitem a celeridade desejável. Fez saber que os constrangimentos destes processos se verificam também ao nível da Administração Central e que, ao nível da UMinho, está em curso um processo de revisitação dos níveis de decisão com vista à agilização destes processos.

Ainda no âmbito da contratação de investigadores, a Conselheira Sandra Paiva chamou a atenção para o facto de os atrasos verificados nestes processos terem consequências ao nível da execução financeira dos processos, na medida em que a FCT exige que os pedidos de pagamentos sejam feitos até ao final de março e se a verba não for executada numa determinada percentagem, esses pedidos não são considerados. O Reitor disse estar ciente deste constrangimento, e que dirigiu já ao Presidente da FCT um pedido de validação de um conjunto de posições, de entre as quais se inseria a possibilidade de prorrogação dos prazos para a submissão dos primeiros pedidos de pagamento, tendo-lhe sido transmitido, a título informal, que o pedido seria atendido. Informou que, uma vez recebida a resposta formal, esta será endereçada às UOEI.

Antes de dar início aos pontos da agenda relativos à fixação das propinas para o ano letivo de 2019/2020, o Presidente pediu ao Reitor para que a apresentação e a discussão fossem feitas em conjunto, muito embora a votação fosse realizada para cada um dos ciclos de estudos.

- 2. Proposta de fixação do valor das propinas para os cursos de 1º ciclo e dos ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre, para o ano letivo de 2019/2020**
- 3. Proposta de fixação do valor das propinas para os cursos de 2º e 3º ciclos, para o ano letivo de 2019/2020**
- 4. Proposta de fixação do valor das propinas para o estudante internacional, para o ano letivo de 2019/2020**

O Reitor começou por informar que as propostas apresentadas ao Conselho mereceram a apreciação favorável do Senado Académico. No que respeita ao valor a fixar para os cursos de 1º ciclo e dos ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre, afirmou que a proposta recupera o enunciado da Lei do Orçamento de Estado para 2019, a qual estabelece que o valor da propina não poderá ser superior a duas



vezes o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), estabelecido em 435,76 €. Isto significará uma redução objetiva da propina que os estudantes pagarão, sendo que o diferencial será suportado por verbas gerais do estado, a transferir para as IES, tomando como referência o valor das propinas fixado no ano letivo anterior. Recordou que, aquando da apresentação do Orçamento da UMinho para 2019, esta redução não estava aí contemplada.

Relativamente à fixação da propina para os cursos de 2.º e 3.º ciclos, disse recuperar na íntegra a proposta dos anos anteriores, as quais asseguram alguma flexibilidade. No que se refere aos Estudantes Internacionais, são estabelecidos dois valores, que correspondem a áreas distintas de formação, diferentes face à intensidade laboratorial que lhes está associada.

Aproveitou para reafirmar a importância que a receita de propinas tem para a Universidade, cujo valor previsto para arrecadar é de 22 milhões de euros, e que face a esta disposição da LOE há preocupação no que respeita à solicitação das devidas compensações. Disse ainda que o impacto da redução das propinas não pode ser analisado sem ter em consideração questões como o pagamento das progressões remuneratórias obrigatórias; a alteração do salário mínimo e o Programa de Regularização dos Vínculos Precário na Administração Pública (PREVPAP). Relativamente a este último, informou que, compulsados os valores a serem compensados pelo OE, o valor total devido para todas as universidades por efeito das alterações legislativas é de cerca de 40 milhões de euros. Na UMinho, o valor é de cerca de 3.939.000€, valor este que foi calculado depois de analisado caso a caso cada pessoa da UMinho abrangida por este programa. O cálculo para 2019 é de um impacto adicional em progressões remuneratórias de 670.000€ para docentes e investigadores e 379.000€ para não docentes. O valor decorrente da alteração do salário mínimo será de 95.000€, sendo que 90.000€ dizem respeito a funcionários dos SASUM. O PREVPAP implicará para a UMinho encargos adicionais de 669.000€ em investigadores e 1.259.000€ para os funcionários não docentes. Por último, o impacto da redução das propinas será de 822.000€.

O Conselheiro José Teixeira entendeu que a Universidade deverá terminar o mais breve possível com a atribuição de salário mínimo aos seus trabalhadores, tendo o Reitor informado que na UMinho essa situação apenas se aplica a 3 ou 4 trabalhadores, mas que nos SASUM corresponderá a cerca de 70% do total dos trabalhadores.

O Conselheiro Bruno Gonçalves agradeceu ao Reitor a solidariedade demonstrada em algumas das preocupações que têm sido manifestadas pelos Estudantes sobre esta matéria. Chamou a atenção para o facto de o Estado português ter considerado no último ano o Ensino Superior como prioridade e ter sido ele próprio, unilateralmente, a alterar as regras de fixação do pagamento das propinas. Considerou que se deverá caminhar para a gratuidade das propinas, devendo assim o Estado ser mais efetivo na sua concretização e que, em véspera de renegociação dos quadros comunitários, o foco da mesma deva assentar no ensino superior, em especial no que aos estudantes diz respeito. Referiu que na região norte o



número de estudantes atingiu os 120000, crescimento esse que se traduziu em progressos económicos e sociais da região, mas muito aquém do que seria esperado.

Relativamente à redução do valor da propina, entendeu que, uma vez reduzido o valor, dificilmente se conseguirá nos próximos anos voltar a fazê-lo, lembrando a manutenção na UMinho do valor das propinas dos mestrados durante 5 anos letivos consecutivos. Afirmou que o poder de compra na região é baixo e que o desenvolvimento desta poderá ser afetado, face à competitividade com as universidades das grandes áreas metropolitanas. Mostrou grande preocupação pelo facto de a sustentabilidade financeira da UMinho estar muito dependente das propinas e o Estado não estar a assumir os seus compromissos para com as IES. Terminou a sua intervenção solicitando ao Reitor informação sobre quais os mestrados que conduzem à conclusão dos graus do ensino superior.

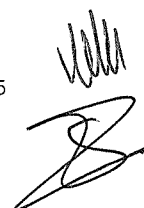
O Conselheiro Nuno Reis afirmou que a redução proposta significará menos 192€ no valor máximo atualmente permitido por lei, e considerou que o que é verdadeiramente importante e de relevar no Conselho, é o facto de a lei prever o retorno integral às IES do diferencial, que é um valor muito elevado para as instituições, e o Estado não ter vindo a cumprir as transferências devidas.

Foi seu entendimento que o processo das propinas foi mal conduzido, dado que nele não estiveram envolvidos todos os seus parceiros, concretamente, o CRUP, as Associações Académicas, as IES e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos não foram consultados sobre esta matéria. Realçou o facto de as propinas serem instrumentos utilizados pelas universidades como forma de pagamento dos seus encargos, pelo que a devolução a realizar pelo Estado deverá ser feita de forma direta e sem cativações, por forma a garantir a liquidez das instituições.

No âmbito do alojamento, referiu que o Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES), que inclui o Fundiestamo, não vai resolver de todo os problemas, na medida em que o Decreto-Lei foi publicado muito recentemente, com prazos muito curtos, e as instituições não terão forma de desenvolverem os projetos a tempo de o submeterem ao PNAES. Muito embora possam vir a existir outras fases, considerou-o ineficaz, dado que a medida não irá ser concretizada como seria esperado e inicialmente prevista.

Referiu que o Estado utiliza grande parte dos fundos comunitários do Ensino Superior para pagar salários e bolsas de estudo, em vez de os canalizar para o investimento em infraestruturas, em projetos científicos e emprego qualificado. Por último, questionou o Reitor sobre o estado dos projetos de alojamento da UMinho e se estes irão a tempo de integrar o PNAES.

O Conselheiro Óscar Gonçalves concordou com os princípios apresentados pelos Estudantes e chamou a atenção para o facto de, mais uma vez, as decisões ao nível da Tutela terem sido tomadas sem serem ouvidos os principais interessados e sem serem estudadas as verdadeiras implicações. Disse ser, no entanto, sensível à proposta do Reitor porque é a viabilidade da Universidade que está em causa, sob o ponto de vista financeiro. Entendeu que deveria ser feita uma reflexão sobre o estado geral da situação financeira da



UMinho, com vista a serem conhecidos de forma mais clara os problemas que a Universidade atravessa nesta área.

Solicitou ao Reitor a tabela dos Mestrados de continuidade e mostrou interesse em saber quais os mestrados e doutoramentos objeto de fixação de valores de propinas diferentes, dado que os valores diferenciados das propinas de mestrado e doutoramento devem ser devidamente justificados e prestados ao Conselho informações sobre esses argumentos.

O Reitor reconheceu que, em comparação com outros países, há famílias portuguesas a quem é exigido um esforço financeiro bastante acima da média. Entendeu que o modo como o processo de redução do valor das propinas foi concretizado trouxe um aumento da incerteza e afirmou que o facto de o Estado não compensar adequadamente as instituições das alterações legislativas conduzirá a situações de ameaças reais sobre a sustentabilidade financeira das universidades. No caso da UMinho, disse que irá ser cumprido o compromisso da sustentabilidade da UMinho e recordou que a Universidade está obrigada à lei do equilíbrio do orçamental, tendo que respeitar o saldo a 31 de dezembro do ano anterior, situação que lhe colocará grandes constrangimentos.

Quanto às residências, entendeu que a redução das propinas desconsiderou a questão do alojamento, que hoje é um dos fatores fundamentais dos encargos que as famílias têm com a educação. Disse existir pouca informação sobre o processo, cuja conclusão está prevista para o final de junho/julho do corrente ano, e que as suas diferentes fases pressupõem a identificação dos edifícios; a avaliação da viabilidade dos edifícios para este fim; a definição dos projetos e, finalmente, o desenvolvimento dos projetos. Informou que a UMinho já procedeu à identificação dos edifícios e será ouvida após a avaliação da viabilidade dos mesmos.

Em relação aos estudantes de mestrado que estão a pagar a propina de cursos de continuidade, não conseguiu concretizar o seu número, mas referiu que a variação do valor da propina tem como princípio subjacente a procura desses cursos. Ao nível dos doutoramentos, na fixação do valor da propina é determinante os valores praticados por instituições mais próximas que se constituem como concorrentes diretos. No que diz respeito aos mestrados de sequência formativa para acesso a uma atividade profissional, afirmou que, de acordo com a lei em vigor, apenas os mestrados em ensino correspondem a esta tipologia, mas que a UMinho tem uma atitude mais flexível, cabendo a cada UOEl fixar esse grupo de Mestrados.

Foi solicitado pelo Conselheiro Eugénio Ferreira informação sobre a eventual revogação do despacho que determina a distribuição da componente das propinas pelas UOEl e Subunidades, tendo o Reitor respondido que haverá uma revisão do despacho, por força da necessidade de garantir a sustentabilidade financeira, mas com a responsabilidade inerente à preservação de condições de trabalho para as UOEl.

Findo o debate, o Presidente colocou à votação as propostas, tendo sido obtido o seguinte resultado:

- Aprovada por maioria, a fixação do valor das propinas para os cursos de 1º ciclo e dos ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre, para o ano letivo de 2019/2020;

- Aprovada, por maioria, a fixação do valor das propinas para os cursos de 2º e 3º ciclos, para o ano letivo de 2019/2020;

- Aprovada, por unanimidade, a fixação do valor das propinas para o estudante internacional, para o ano letivo de 2019/2020.

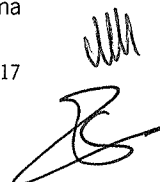
O Presidente informou da receção da declaração de voto apresentada pelos Estudantes, a qual será apensa à presente ata (anexo II).

5. Proposta de criação da Unidade Cultural “Casa do Conhecimento”

O Reitor contextualizou a proposta de criação da Unidade Cultural “Casa do Conhecimento”, referindo que as Casas do Conhecimento (CC) são um excelente exemplo de como a Universidade se pode implementar nos territórios, sobretudo naqueles em que o acesso é mais escasso, constituindo-se como instrumentos inovadores e poderosos que permitem criar condições para a real valorização do conhecimento produzido na Universidade. Recordou que a experiência tida com a CC ao longo de dez anos é rica e reconhecida e que a mesma permitiu dar resposta a necessidades de várias populações situadas em vários concelhos, em articulação direta com as autarquias. Realçou o papel do Centro de Computação Gráfica (CCG) como ator e promotor fundamental do sucesso deste projeto, o qual conta já com um significativo número de autarquias a ele associadas, e ao qual aderiram também recentemente a Universidade de Évora e autarquias alentejanas.

Foi conferida de seguida a palavra à Vice-Reitora, Prof.ª Maria Manuela Martins, que agradeceu ao Conselho a oportunidade de a ele se dirigir no âmbito da criação da sétima Unidade Cultural, cuja proposta obteve já o parecer favorável do Senado Académico. Referiu que a CC tem o seu enquadramento no plano estratégico da atual Reitoria, que reclama no seu enunciado uma maior proximidade da UMinho ao território e também maior proximidade aos agentes económicos e sociais. O seu principal objetivo é o de criar as condições que permitam uma maior disseminação dos resultados da investigação que é realizada na Universidade, no sentido de que estes se transformem em conhecimento e em cultura científica para o território e regiões. Afirmou que o conceito de Casa do Conhecimento, criado em 2010, foi pensado como um conjunto de recursos humanos e materiais que deveriam trabalhar em rede e contribuir para a difusão e partilha de conhecimento, contribuindo assim para a literacia digital das comunidades e para garantir a formação dos cidadãos ao longo da vida, em resposta aos grandes desafios da sociedade de informação. Inicialmente a Casa do Conhecimento constituiu-se como uma rede onde operavam quatro municípios, um polo universitário e o CCG, que tiveram a oportunidade de desenvolver entre 2011 e 2013 um projeto financiado que culminou com a criação de 6 polos tecnológicos. Transmitiu que atualmente são 12 os parceiros - 9 municípios, 2 universidades e o CCG, mas que existem já mais pedidos de adesão.

Informou que o novo projeto está inserido no programa SAMA e que, após a sua reavaliação, foi entendido ser esta a altura de institucionalizar o projeto numa Unidade Cultural, permitindo assim assegurar uma



programação continuada, mas, sobretudo, garantir uma maior articulação do projeto com as UOEI, porque é aí que reside o grande capital de conhecimento que a Universidade produz. Realçou o facto de todas as UOEI estarem representadas no Conselho Consultivo da nova Unidade Cultural, constituindo assim o cerne e a principal vantagem da institucionalização do projeto. No que respeita a conteúdos futuros em perspetiva, referiu a promoção da leitura pública e a promoção dos projetos de ensino da Universidade no território.

O Conselheiro Óscar Gonçalves agradeceu a apresentação e elogiou a componente cultural da Reitoria constante no plano de atividades. Sob o ponto de vista funcional, sublinhou a integração no Conselho Consultivo da representação das UOEI, o que poderá servir de exemplo para situações futuras, e a importância da CC como plataforma de articulação do meio e a Universidade.

Apresentou de seguida duas sugestões de alteração nos Estatutos apresentados. A primeira sugestão é de que na alínea b) do art.º 4.º dos Estatutos, onde se lê “coordenação” passe a ler-se “participação”, na medida em que, tratando-se de uma Unidade Cultural e não de uma UOEI, a referência a coordenação de formação académica pós-graduada obrigaria a que esta estivesse legal e estatutariamente enquadrada de acordo com o novo RGGDES. A segunda alteração sugerida provém da omissão no n.º 1 do artigo 8.º da audição do Conselho Cultural para a designação do Diretor da Unidade Cultural, conforme previsto nos Estatutos da Universidade, tendo sido esclarecido pelo Reitor que aqui há dualidade de figuras de designação dos diretores. Se forem designados docentes ou investigadores, terá de ser ouvido o Cultural, caso contrário é por concurso público.

Colocada à votação, foi aprovada por unanimidade a criação da Unidade Cultural Casa do Conhecimento, com a introdução nos seus Estatutos da alteração sugerida pelo Conselheiro Óscar Gonçalves.

Outros Assuntos

O Presidente retomou o ponto de iniciativa do Conselho relativo a “Outros Assuntos”, e deu conhecimento que o processo de avaliação das candidaturas ao projeto de investigação de caracterização demográfica e estratégias de rejuvenescimento do corpo docente foi já concluído e escolhida a equipa de investigação que o levará a cabo.

Concedeu a palavra ao Conselheiro Luís Amaral, tendo este informado que o projeto de monitorização do Plano de Ação está já em curso, que foram realizadas diversas reuniões com os membros da Equipa Reitoral com vista ao esclarecimento de dúvidas para a definição dos indicadores de medição e que há já uma maquete do site. Deu ainda a conhecer o interesse existente em fazer publicação científica sobre os trabalhos deste projeto, dado que internacionalmente têm bastante relevo.

O Presidente informou que a Conselheira Maria José Casa-Nova lhe endereçou uma carta, na qual é expresso o pedido para que as sessões do Plenário do Conselho não se confinem ao período da manhã, tendo em vista a realização de um debate mais alargado dos assuntos em agenda. Transmitiu ter sempre a



preocupação de tornar as sessões o mais curtas possível, dado tratar-se de um órgão com um número significativo de membros cujas atividades profissionais e as agendas não poderão ser sobrecarregadas com períodos de reunião longos.

A Conselheira Maria José Casa-Nova afirmou que endereçou o pedido ao Presidente por entender que havia uma celeridade nos processos que não se compaginava com o tempo necessário para apreciação dos assuntos. Disse ser necessário refletir colegialmente sobre as decisões a tomar para que estas possam ser mais sustentadas, independentemente da análise individual realizada previamente. Afirmou que esta perceção é partilhada por outros membros do Conselho e entendeu que, sempre que a agenda assim o justifique, a reunião deverá ter uma duração que permita a apreciação responsável dos assuntos.

O Conselheiro Óscar Gonçalves secundou o pedido da Conselheira Maria José Casa-Nova e destacou o caráter deliberativo do órgão, que obriga a um debate sério sobre as matérias em apreciação. Chamou a atenção para a importância das intervenções dos membros externos, pelo que a duração das reuniões não deverá prejudicar a natureza democrática de todos os que estão representados no Conselho. Foi também este o entendimento dos Conselheiros Maria Helena Guimarães, Graça Coelho e Victor Soares, que apelaram para que sempre que a agenda assim o justifique, as reuniões se devam estender para o período da tarde.

Após estas intervenções, foi terminada a transmissão pública da reunião.

O Conselheiro Eugénio Ferreira aludiu ao Decreto-Lei nº 57/2017, de 19 de julho, o qual preconiza a avaliação dos investigadores em dois momentos - decorridos 3 anos após a assinatura do contrato e para efeitos da sua renovação - e questionou o Reitor sobre a regulamentação deste processo, o qual se prevê moroso. O Reitor informou que estão a ser recolhidas experiências de outras instituições sobre como conduzir esta avaliação e que no início do próximo ano letivo será elaborado o Regulamento de Avaliação dos Investigadores da UMinho.

A Conselheira Maria José Casa-Nova transmitiu ao Conselho que um grupo de docentes do Instituto de Letras e Ciências Humanas (ILCH) lhe reportou uma situação segundo a qual não terá sido possível desencadear o processo eleitoral, nos prazos estatutários e regulamentares previstos, para as eleições dos membros do Conselho do Instituto e do Conselho Científico, pelo facto de a proposta dos novos Estatutos daquele Instituto não ter sido homologada atempadamente pelo Reitor. Mostrou preocupação com esse atraso, nomeadamente no que diz respeito à legitimidade democrática de funcionamento daqueles órgãos face à situação referida e pediu esclarecimento ao Reitor, tendo este informado que os Estatutos do ILCH haviam já sido homologados e submetidos ao Diário da República para a respetiva publicação.

O Conselheiro Victor Soares pediu a palavra para abordar o PREVPAP, começando por recordar que na UMinho foram apresentados 122 requerimentos ao abrigo deste programa, 110 respeitantes a trabalhadores administrativos/informáticos e 12 a investigadores. Entendeu que nesta matéria o Estado não se está a

comportar devidamente, na medida em que tem vindo a adiar sucessivamente a resolução destas situações. Disse ter tido recentemente conhecimento de que a Tutela estará a equacionar realizar a homologação dos requerimentos em bloco, isto é, irá aguardar que todas as instituições terminem a tramitação dos seus processos e só depois procederá à homologação dos processos alvo de deferimento.

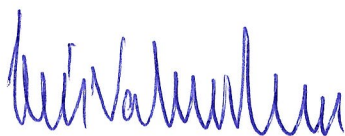
No caso concreto da UMinho, apelou ao Reitor para a intensificação das diligências junto da Tutela, chamando a atenção para o facto da incerteza e da indefinição a que se assiste em todo este processo ter graves reflexos na vida pessoal dos trabalhadores, assim como na atividade da própria Universidade.

O Reitor disse conhecer a dimensão que esta situação assume, considerando-a perturbadora, quer a nível pessoal, bem como a nível institucional. Afirmou que tem contactado repetidamente os vários responsáveis pelo processo, no sentido de lhes fazer chegar a mensagem da urgência de resolução, mas alertou para a não possibilidade de avançar com as contratações sem conhecer com toda a certeza as decisões finais da Tutela. Relativamente à pretensão da Tutela em tratar os requerimentos em bloco, refutou ter sido comunicado pela mesma esse procedimento e mostrou estranheza em que tal informação esteja a ser veiculada, dado que há já algumas instituições nas quais os requerimentos foram já homologados.

Retomou a intervenção do Conselheiro Victor Soares, relativa à entrevista do Presidente da Escola de Engenharia, para informar os presentes de que, após a consulta do serviço competente, foi possível verificar que a entrevista foi divulgada em pelos menos dois canais de comunicação da UMinho. Entendeu, face a estes dados, que as afirmações do Conselheiro são inaceitáveis, por insinuarem, sem fundamento, que o Reitor e os serviços e trabalhadores sob a sua coordenação não tratam de igual modo as intervenções dos diferentes membros da Academia, pedindo que, em intervenções futuras, seja dada mais atenção às palavras proferidas.

Finda a ordem dos trabalhos, o Presidente agradeceu a todos os Conselheiros e ao Reitor as intervenções tidas ao longo da reunião e declarou findos os trabalhos pelas 20h30 horas, tendo sido lavrada a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária.

O Presidente,



A Secretária,





Universidade do Minho
Conselho Geral

MEMBROS DO CONSELHO GERAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Reunião Plenária n.º 02/2019
25/03/2019

Nome	Rubrica
Álvaro Iriarte Sanromán	Álvaro
Ana Maria da Silva Pereira Henriques Serrano	Ana Maria Serrano
Bruno Alexandre Rocha Gonçalves	Bruno Gonçalves
Diamantino Manuel Ínsua Pereira	Diamantino
Eugénio Manuel de Faria Campos Ferreira	Eugénio Ferreira
Inês da Costa e Silva	Inês Silva
Isabel Maria Costa Soares	Isabel Soares
José Gonçalves Teixeira	José Teixeira
Luís Alfredo Martins Amaral	Luís Amaral
Luís Francisco Valente de Oliveira	Luís Oliveira
Manuel Carvalho da Silva	Manuel Silva
Maria da Graça Oliveira da Cunha Coelho	Maria da Graça Coelho
Maria Helena Almeida Silva Guimarães	Maria Helena Guimarães
Maria José Arantes Costa	Maria José Costa
Maria José Manso Casa-Nova	Maria José Casa-Nova
Nuno Henrique Vieira Reis	Nuno Henrique Reis
Óscar Filipe Coelho Neves Gonçalves	Óscar Gonçalves
Patrícia Penélope Mendes Jerónimo Vink	Patrícia Vink
Paula Araújo Pereira da Silva	Paula Silva
Paulo António Alves Pereira	Paulo Pereira
Ramón Villares	Ramón Villares
Sandra Cristina Almeida Paiva	Sandra Paiva
Victor Manuel Sousa Rego Duarte Soares	Victor Soares

**Declaração de Voto - Fixação do valor das
propinas para o ano letivo 2019/2020**
Conselho Geral da Universidade do Minho
25 de março de 2019



De acordo com a alínea g), artigo 29º, dos Estatutos da Universidade do Minho, **cabe ao Conselho Geral**, sob proposta do Reitor, acompanhada do parecer do Senado Académico, **a fixação do valor de propinas a praticar na Universidade do Minho para os diferentes anos letivos.**

No dia 13 de outubro de 2018, o País e os estudantes do Ensino Superior ficaram a conhecer a intenção do Governo **em reduzir o teto máximo do valor da propina de primeiro ciclo e mestrado integrado para o ano letivo de 2019/2020. O valor anunciado de 872,00€, correspondente a duas vezes o valor do Indexante de Apoios Sociais, significará uma redução de 192€ no valor máximo atualmente permitido por lei em todas as instituições de ensino superior públicas.**

Por **proposta do Reitor da Universidade do Minho**, a 25 de março de 2019, o Conselho Geral deliberou sobre a **fixação do valor da propina de primeiro ciclo e mestrado integrado na Universidade do Minho no valor máximo fixado pela Lei do Orçamento de Estado para 2019, Lei n.º 71/2018, Art.º 198º, ponto n.º1, de 872,00€,** respeitante a duas vezes o valor do Indexantes dos Apoios Sociais definido para o ano civil de 2019.

Consideramos que o **estabelecimento progressivo da gratuidade em todos os graus de ensino**, previsto no artigo 74.º da Constituição da República Portuguesa, **é um desígnio que deve continuar a ser uma prioridade política para o Ensino Superior**, considerada a sua pertinência para o desenvolvimento social do País e as metas estratégicas definidas para este setor.

Acresce que **Portugal continua a fazer parte de um pequeno grupo de países onde a propina é generalizada e a cobertura de ação social é mínima**, quando comparada com os demais estados-membro da União Europeia (comunidade onde mais de 50% dos estudantes não pagam qualquer tipo de valor de propina), sendo destes, aquele que assume um menor rendimento médio das famílias, particularmente na Região económica em que a Universidade do Minho se insere.

Por outro lado, num momento em que a formação superior é, cada vez mais, um bem absolutamente necessário para a evolução e afirmação dos desígnios pessoais e societários, nomeadamente no que diz respeito ao segundo e terceiro ciclos de ensino, **é importante garantir a uniformização das propinas.** Os representantes dos estudantes no Conselho Geral observam esta diferenciação como um desencorajamento à continuidade dos estudos perante a comunidade estudantil e as suas famílias, não respeitando,

novamente, a progressiva gratuitidade de todos os graus de ensino **expressa na Constituição da República Portuguesa.**



Handwritten signature in the top right corner.

Não obstante, **num grave e crónico quadro de subfinanciamento das Instituições de Ensino Superior** e do próprio **sistema de Ação Social Escolar**, de pouco servirá esta alteração se as **Universidades forem afetadas por uma redução nos recursos necessários** para a garantia da qualidade do ensino ministrado e dos serviços prestados aos estudantes, ou, em contrapartida, recorram forçosamente a outras vias de aumento de receitas próprias, **onde os estudantes e as suas famílias se apresentem como os principais financiadores.** É impreterível que **o Governo faça honrar o "Contrato no Âmbito do Compromisso com a Ciência e Tecnologia",** responsabilizando-se pelo impacto desta alteração legislativa, **reforçado agora pela própria Lei do Orçamento de Estado,** no seu Art.º 198.º, ponto n.º 2, **comparticipando integralmente as instituições por esta redução do valor da propina.**

É da opinião do corpo estudantil que a **sustentabilidade a longo prazo desta medida só pode ser garantida através de uma revisão da lei de financiamento do ensino superior,** ainda datada de 2003, que promova, progressivamente, uma maior justiça no que diz respeito ao contributo do Estado, Instituições e famílias no financiamento das Universidades e Institutos Politécnicos, **sem prejuízo de um claro reforço do investimento na Ação Social Escolar, considerados os custos indiretos do Ensino Superior,** designadamente o alojamento, os transportes, os materiais escolares ou a alimentação, **como os principais custos associados à frequência no Ensino Superior.**

Exortamos o Governo para que acompanhe esta medida com um reforço das medidas com vista ao financiamento para a construção e reabilitação de residências universitárias e promova o aumento do valor do complemento de alojamento para todos os estudantes que se vêem obrigados a recorrer a alojamento particular, por falta de camas nas residências à responsabilidade dos Serviços de Ação Social das Instituições. **Esta redução, embora positiva, não poderá obrigar a que os estudantes e as suas famílias devam ter que suportar aumentos consideravelmente maiores nos custos indiretos,** como aqueles que temos assistido no custo do alojamento estudantil ou refeição social, entre outros.

Ainda assim, **os representantes dos estudantes no Conselho Geral, não aceitam que as famílias continuem a suportar aquele que deverá ser um papel do Estado na garantia de condições de acesso e permanência ao Ensino Superior iguais para toda a sua população,** independentemente da situação socioeconómica de cada aluno ou agregado.

Reconhecendo o **cenário crítico de instabilidade económica e indefinição política para com as Instituições de Ensino Superior,** os estudantes assumem a sua **posição contra a proposta de fixação do valor das propinas para o primeiro ciclo e mestrado integrados, bem como dos segundo e terceiro ciclo de estudos,** assumindo, desta forma, **uma posição de princípio relativamente a um Ensino Superior progressivamente gratuito e acessível a todos.**

Os Representantes dos Estudantes no Conselho Geral da Universidade do Minho, presentes na Reunião Ordinária de dia 25 de março de 2019, subscrevem esta declaração de voto:

Nuno Henrique Vieira Reis

Nuno Henrique Vieira Reis

Bruno Alexandre Rocha Gonçalves

Bruno Alexandre Rocha Gonçalves

Inês Costa e Silva

Inês Silva

Universidade do Minho, 25 de março de 2019